

1 Ata da Reunião Plenária Ordinária de Nº312 do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 20 de Setembro de 2023, às 19h30 no
2 Auditório do Paço Municipal, com a participação dos seguintes membros: no Segmento Gestores Srs. (as) Moacir Paludetto Junior –
3 Titular – SEMUS e Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS; Segmento de Prestadores, Sra. Márcia Cristina Krempel – Titular –
4 HONPAR, Heloisa Toledo Volpato – Titular – Irmandade Santa Casa e Tânia C. Miquelin Carniceli – Suplente – Irmandade Santa Casa
5 no Segmento de Trabalhadores, Srs. Eucir Antônio Zanatta – Titular – SindSaúde, Sérgio Donizete Azevedo – Titular – SISPAMAS e
6 Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular - SindMed Londrina; Segmento de Usuários, Srs (as) Antonio Martins dos Santos – Titular
7 – ONG Olho D' Água, Salvador Carvalho dos Santos – Suplente - ONG Olho D' Água, Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA,
8 Gerson Pizzo – Suplente – APDA, Marcos Antonio de Oliveira – Titular – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Antonio Jorge Magro –
9 Titular – Associação de Moradores Ulisses Guimarães, Durvalino de Almeida Filho – Titular – Pastoral da Criança e Maria de Fátima
10 Greggo – Titular – UAMMA, contando com a presença dos observadores, Sra. Patrícia Cristina da Pastoral da Criança e Sr. Lucas.
11 Após a verificação da obtenção de quórum de forma numeral pelo Presidente Zanatta, o mesmo dá início a Reunião desejando boa
12 noite e boas vindas ao Plenário. Informa que abriu – se uma discussão sobre três temáticas que foram abordadas junto ao grupo de
13 Whatsapp do Conselho, sendo colocado com último ponto de Pauta e que uma destas vinda pela Conselheira Márcia, sobre a
14 Liberação Do Aborto, tema que foi discutido pelo Legislativo Municipal, com observação das falas interessantes pela Casa, expõe que
15 outra Pauta discutida pelo Conselheiro Alecsandro que se faz da Liberação Do Porte De Entorpecentes, no caso a maconha, que então
16 também trazem a discussão sobre o fechamento das Instituições Hospitalares Psiquiátricas e somada a esta sobre o Fechamento Dos
17 Manicômios Judiciários. Afirma não ter levado nenhum material específico sobre isso, frisando que está fazendo um chamamento para
18 esta pauta dentro do Conselho, que a discussão é intrínseca, expondo que o Fechamento Do Manicômio Judiciário com medida
19 imediata, postulada pelo Judiciário e não pelo Legislativo Nacional e que por outro lado a Liberação De Entorpecentes já vem sendo
20 discutido dentro do Legislativo Nacional, desde 2014 pelo Deputado Jean Wyllys. O Presidente Zanatta coloca que estes não tem uma
21 propriedade plena, mas tem algumas opiniões e querem escutar dos Conselheiros, mesmo sendo opiniões de forma casual para que
22 possam ponderar sobre um conjunto de ideias do Conselho de Saúde de Arapongas. Ato contínuo, faz referência ao **1º Ponto de**
23 **Pauta - Aprovação da Ata: Nº311 – Reunião Plenária Ordinária - realizada em 09-08-2023;** sobre esse assunto submete a
24 aprovação ao Plenário e não havendo posicionamento contrário, a mesma foi considerada aprovada por unanimidade. Cita o **2º Ponto**
25 **de Pauta _ Informes - Item 01 – Ofícios Encaminhados: não houveram registros de envios de ofícios no respectivo período,**
26 **Item 02 – Ofícios Recebidos: Nº 562/2023 – MPPR – Envio de Processo Administrativo para acompanhamento de possíveis**
27 **falhas no fluxo de atendimento da UPA 24h;** comenta que esse documento como um todo está a disposição dos Conselheiros, para
28 que possam visualizá-lo e faz breve leitura da conclusão do documento, explicando que o MP – Ministério Público deu por encerrado
29 o Procedimento Administrativo, entendendo que não houve a falha no atendimento, mas a demora, portanto solicita que o Conselho
30 faça a fiscalização, sobre a ótica do volume de atendimento ou o atendimento pela Unidade de Pronto Atendimento 24h. Expressa que
31 faz a sugestão para que assim que houver a constituição das Comissões e junto com a Mesa Diretiva, possam dar andamento
32 administrativo e para cumprimento do Regimento, possam fazer visita nas Unidades. O Conselheiro Alecsandro solicita o referido
33 documento, ficando acordado que o mesmo será encaminhado. O Conselheiro Antonio Martins questiona se os documentos estão
34 ficando na Sala do Conselho, tendo como afirmação pelo Presidente Zanatta que estão todos a disposição, fazendo lembrança que
35 depois submeterá a Comissão como a de Finanças e outras, o Relatório de Produção da relação contratual de terceirizada, que hoje se
36 limita a HUMANIZA, mas que parece que estão avançando em outras terceirizações, assim como de HOSPSUS e Convênio Santa
37 Casa. Expõe que houve a solicitação por parte da Entidade da Conselheira Iylálórisá Joilda, onde solicita cópia da gravação utilizada
38 para a transcrição de Ata Nº311 e o Ofício Nº016/2023, sendo decidido que não fornecerão, destacando que a tem em seu celular
39 privado e que qualquer Conselheiro pode realizá-las, as gravações e posteriormente confrontá-las com a Ata da qual prescreve, sendo
40 que a Ata é uma cópia fiel, mas que não é pratica gravação para todos os Conselhos, também não dando privilégio a Entidade. Afirma
41 não haver nenhum ato falho jurídico e que se houver que haja manifestação nesse sentido. Quanto ao documento do Sr. Benedito, que
42 foi discutido na reunião anterior e que é isso que gostaria de conversar com estes, que não se pode fugir da Pauta, retomando assunto
43 que já foi discutido, ressaltando que o documento está a disposição, mas que não será fornecido cópia, explicando novamente que o
44 ofício que foi encaminhado para a 16ª Regional de Saúde, foi tão somente para noticiar sobre a postura daquele servidor, para ciência
45 do Chefe da Regional. O Conselheiro Alecsandro comenta sobre a decisão da Presidência, que o áudio é documento oficial do
46 Conselho, que está no celular do Presidente, mas que é um áudio da reunião do Conselho, tendo como resposta pelo Presidente
47 Zanatta que a Ata é o documento formal, extraída do áudio. O Conselheiro Alecsandro volta a frisar que o áudio é um documento
48 também, que a Ata é o áudio feito no papel, pontuando que se não, não precisa fazer a Ata. O Presidente Zanatta esclarece que
49 consultando ao Jurídico Municipal, o qual também observando outros Conselhos, que poucos fazem como este está fazendo, expondo
50 que o Conselho Estadual o faz, sendo inclusive não registrando os discursos na terceira pessoa, mas na primeira pessoa. Que este faz
51 a Ata com lisura, tentando deixá-la dentro de um padrão aceitável. Salaria que a orientação jurídica é que estas Atas não tem a
52 necessidade de fazer isso com plenitude das falas, mas sim de anotar aquelas que registram os atos jurídicos. Que então a
53 Presidência e a Secretaria Executiva por anotarem a reprodução de todas as falas e citando a última Ata salienta ter tido excessivo
54 trabalho, pois que parecia que a Conselheira Iylálórisá Joilda estava confusa sobre os temas que estava falando, que as linhas estão
55 demarcadas inclusive, a reunião e a discussão, que não sabe o porquê que deveria estar repassando áudio, voltando a afirmar que o
56 áudio está em seu celular privado, que não repassará ou que então que entre com medida jurídica solicitando, o justificando do
57 embaraço que a Conselheira quer. Que então fará o seguinte, sugerir ao Plenário substituir Atas escritas por gravações em mídias,
58 colocando o áudio como Ata. Que então não degradará mais, como função regimentada, afirmando que precisam ter ciência disso e
59 que ao passo de ser um áudio o documento, não mais degradado e redigido, que se tiver que mandar uma Ata para alguém, irá por
60 áudio, ou então fará só a Ata, daquilo que juridicamente foi solicitado. O Presidente continua reafirmando que já se tem todas as
61 informações e que não se obriga a entregar o áudio, ainda por entender como preciosismo. Comenta que sabe que muitos destes
62 nossos Conselheiros eventualmente não tem tempo para ler as Atas, porém há responsabilidade para aprovarem e com tom
63 interrogativo menciona se comete erro nessa fala, mas que todos estão cientes do que está ali, podendo ler antes, durante ou depois
64 das reuniões, afirmando novamente que o documento formal deste Conselho é a Ata, expondo que talvez para o próximo ano fará ela
65 não mais nesse formato, por não ter que ficar anotando as conjecturas dos Conselheiros, para o que é retórico, ou ainda
66 descontextualizado das finalidades e Pautas, Cita que tendo 3 minutos para falar, querem falar 5, 10 minutos, por achar que fórum é
67 pessoal para um meu assunto, ou seja a minha fala é especialmente importante. A Conselheira Heloisa comenta que tem que gravar,
68 mas para pontuar questões peculiares ao que foi discutido, tendo a afirmação do Presidente Zanatta que diz a gravação é para seu
69 registro de memória, pois não há Secretaria Executiva presente durante as reuniões, até uma defesa jurídica pessoal daquele que

70 ocupa o cargo de Presidente. Diz que na Ata disse que acredita ser preciosismo ter que passar o documento para a Conselheira
71 Iyálòrísá Joilda, ainda por que durante a reunião, este ainda fez a leitura do documento, que então a Mesa manifesta e faz três
72 reuniões sobre a pauta que foi trazida à Mesa sobre servidor da 16ª Regional e de sua participação, toma a decisão Plenária que vai
73 encaminhar, que a Conselheira Iyálòrísá Joilda diz que se absteria já há duas Plenárias atrás e foi aberto a discussão sobre aquilo,
74 mas que na reunião seguinte retomou tudo, afirmando que o conteúdo do ofício está na Ata, então por quê faria cópia e mandaria para
75 a Conselheira novamente. Pedindo desculpas ao pleno diz que não é assim que as coisas funcionam. Ato contínuo, o Presidente
76 Zanatta faz referência ao Ofício Nº 07/2023 OCAPIS/16RS – Ofício Circular -Convite Seminário Operação Zero Sífilis Congênita
77 (Turma3); cita Nº 008/2023 – Ilé Àse Ti Tóbi Iyá Àfin Ósùn Alákétu – Solicitação de cópia de gravação utilizada para transcrição da
78 Ata Nº311 e cópia do ofício Nº16/2023 encaminhado a 16ª Regional de Saúde; Nº 009/2023 – Ilé Àse Ti Tóbi Iyá Àfin Ósùn Alákétu –
79 Comunicação ao Conselho de Saúde sobre o não interesse da continuidade de integração na Comissão de Finanças. Informa sobre o
80 **Item 03 – E-mail: Recebidos – CAOP de Proteção à Saúde Pública** – Programa de Apoio e Fortalecimento dos Conselhos
81 Municipais de Saúde – Pró-Conselho – 1ª reunião realizada e transmitida no âmbito da 17ª Regional de Saúde, em 10 de agosto às
82 09h30; sobre esse assunto afirma que foi realizado uma reunião em Londrina, onde foi comunicado a todos que quisessem participar
83 porque tinha a transmissão pelo google meet, onde este foi com o veículo da Prefeitura juntamente com a 2ª Secretária Alzira nesse
84 evento. Informa que tiveram outro ofício que foi incluso na Pauta sendo novamente, **CAOP de Proteção à Saúde Pública - Convite**
85 **aos integrantes do Conselho Municipal de Saúde para acompanhamento remoto da 2ª reunião do Programa de Apoio e**
86 **Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde – Pró Conselho**; sobre esse assunto comenta que é uma reunião com o
87 Ministério Público de Curitiba com o Conselho Estadual de Saúde no intuito de chamar os Conselheiros para participação, conversar
88 sobre as questões que envolvem o Controle Social e orientações. Expõe para o Conselheiro Alecsandro que foi bastante interessante
89 que foi discutido que possivelmente há uma falha no Conselho Estadual, sobre o qual estão fazendo estudo para encaminhar para
90 Curitiba, pois houve uma diferença de opiniões entre estes e aquilo que estava sendo falado pelo Sr. Rangel, Presidente do Conselho
91 Estadual, quanto as representações, afirmando ainda que está fazendo um levantamento e se fechar o contexto naquilo que acredita,
92 será feito encaminhamento através dessa Promotoria, pelo Promotor de Justiça, Dr. Marco Antônio Teixeira, que está a frente do CAOP
93 de Saúde Pública. O Presidente Zanatta segue a Pauta citando **Item 03 – E-mail: - Saúde PSF – Cópia de e-mail encaminhado a**
94 **toda a Rede de Atenção Primária em Saúde do Município, com orientação para adoção de estratégias, visando a melhoria de**
95 **cobertura das condicionalidades de saúde dos beneficiários**; sobre esse assunto comenta que tem a disposição os relatórios do
96 Bolsa Família dos levantamentos feitos. Cita - **Controle de Endemias – Convite “Comitê Gestor Intersetorial para o Controle de**
97 **Endemias”**; sobre esse assunto expõe que haverá um evento no dia 22 de setembro às 15 horas, onde serão apresentados os
98 resultados do LIA – Levantamento Rápido de Índices Aedes Aegypti e do LIRA , menciona que nesse sentido tanto para a participação
99 no evento, quanto para eventualmente tenha um representante acompanhando e não sabe se é participando do Comitê, assim como a
100 Conselheira Tânia, o qual externaram um convite para participar por estar intrinsecamente ligada nas questões da maternidade e
101 natalidade dentro do Município, por ser a Santa Casa a única Instituição que realiza esse serviço a clientela pública do Município,
102 sendo que mais adianta será feito um breve relato do que está acontecendo, mas que não irão trazer os relatórios do Comitê, por este
103 ter os seus próprios relatórios e assim que o Conselho quiser tomar parte, estar participe, resgatar informações e eventualmente fazer
104 algum estudo, análise ou alguma contribuição terão tudo a disposição, que então oportunizam que seja uma comissão ou um Membro
105 que queira tomar posse das informações. Comenta que gostaria de externar ao Conselho para que colocassem um representante no
106 Comitê Gestor Intersetorial para o Controle de Endemias, para participar frequentemente, tendo essas reuniões duração de 1 hora a
107 cada 60 dias, com a indicação de três pessoas que tem o veículo mais próximo com isso, sendo os Conselheiros, Antonio Martins,
108 Salvador e Sérgio Azevedo, se alguns destes tem interesse para que possam acompanhar frequentemente esse Comitê, ao que o
109 Conselheiro Antonio Martins comenta de poder participar, por no passado já ter participado, com pontuação pelo Conselheiro Sérgio
110 Azevedo que na Vigilância Sanitária já terá uma pessoa que foi designada, com afirmação pelo Presidente Zanatta ao Conselheiro
111 Salvador, que o titular deste já aceitou. Em continuidade, menciona ao Conselheiro Antonio Martins que será feito a indicação deste
112 para acompanhamento. O Presidente Zanatta informa que por força de terem transferido a data da última reunião, tiveram a
113 necessidade de aprovar Ad Referendum quatro Resoluções, as quais serão apresentadas, citando **Item 04 – Resolução Nº012/2023 –**
114 **Aprovação da construção de 03 UBS Tipo I, no valor de R\$ 1 milhão de reais**; sobre esse assunto faz a leitura do documento e
115 indaga ao Plenário se podem considerar a Resolução Nº012/2023 aprovada e não havendo posicionamento contrário a mesma foi
116 considerada aprovada por unanimidade. Cita **Resolução Nº013/2023 – Aprovação Ad Referendum do credenciamento de pessoas**
117 **físicas e/ou jurídicas, habilitadas da área de saúde, para atuarem em plantões médicos presenciais**; sobre esse assunto
118 comenta que o Município está abrindo credenciamento para dar continuidade ao que já existe, que é a contratação de profissionais
119 médicos, para atendimento a Rede SAMU. O Secretário Moacir diz que isso foi na lógica de adequação a legislação, que todo novo
120 credenciamento independente se houver ou não mudanças de valores, sendo que nesse caso não haverá será trazido ao Conselho
121 para ciência e para que seja aprovado os novos credenciamentos. O Presidente Zanatta explica que todo novo credenciamento ou a
122 prorrogação dos credenciamentos como um todo, passar pelo Conselho, frisando que o que é atinente ao Conselho é o Edital de
123 credenciamento do montante de profissionais e dos recursos físicos dos quais estarão vinculados e pergunta ao Plenário se
124 consideram aprovada a Resolução Nº013/2023 e não havendo posicionamento contrário, foi considerada aprovada por unanimidade.
125 Informa sobre a **Resolução Nº014/2023 - Aprovação Ad Referendum do credenciamento de pessoas jurídicas, habilitadas da**
126 **área da saúde, para atuarem como Clínica Especializada na Área de Fisioterapia e para assistência em estabelecimento**
127 **próprio**; sobre esse assunto o Secretário Moacir faz observação que neste Ad Referendum são dois termos, sendo o primeiro a
128 manutenção e segundo um novo edital, que ao invés de ter prorrogação no mesmo edital, que sempre finalizem e iniciem um novo, que
129 anualmente vai acabar acontecendo, que por mais que seja a continuidade, terão que chamar de novo, porque será publicado edital, o
130 qual será mantido os valores, que na aprovação em vez de manutenção, por ter essa questão de prorrogação de um mesmo edital e
131 na fisioterapia também não acontecerá isso, pois terão que encerrar esse contrato e iniciar um novo com o mesmo valor. O Presidente
132 Zanatta questiona se há necessidade de alterar a Resolução, sendo respondido de na Ata constar essa observação, havendo
133 indagação ao Plenário pelo Presidente Zanatta se aprovam a Resolução Nº014/2023 e não havendo posicionamento contrário, a
134 mesma foi considerada aprovada por unanimidade. Cita a **Resolução Nº015/2023 – Aprovação Ad Referendum da execução dos**
135 **processos para aquisição de bens e veículos, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde**; sobre esse assunto
136 comenta que diante da Resolução SESA Nº1106/ 2023 há três protocolos na ordem de R\$250 mil (duzentos e cinquenta mil reais)
137 para Kits De Equipamentos para UBS, informando ainda que não tem quais equipamentos, mas que estão na Resolução que habilita
138 como o anexo I, o qual consta todos os equipamentos que podem ou não ser adquiridos e o que a Secretaria achar por bem

139 necessário sairá dessa lista e depois de adquiridos a informação virá para o Conselho. Comenta da aquisição de três veículos, sendo
140 01 (um) para o transporte sanitário, ônibus, na ordem de R\$700 mil (setecentos mil reais) , 01 (um) para o transporte sanitário, Van, na
141 ordem de R\$220 mil (duzentos e vinte mil reais) e 01 (um) transporte sanitário ambulância, na ordem de R\$250 mil (duzentos e
142 cinquenta mil reais). O Secretário Moacir esclarece que esses recursos ainda não estão na conta do Município, mas já foram
143 sinalizados, publicados na Resolução do Estado e que agora tem todo um trâmite relativamente longo de documentação que precisam
144 mandar, até que esse recurso possa vir e em segundo momento começam a licitar, frisando que precisam valorizar aquelas pessoas
145 que acabam se importando com este Município, destacando ainda que todas essas Resoluções foram por meio do Deputado Bazana,
146 mencionando ainda que o Tiago Amaral trouxe recursos, Luciano Ducci, Lupion e que acha interessante saberem dos Deputados e
147 quem está trazendo recursos para o Município, sendo essas Resoluções especificamente por meio do Deputado Bazana, mas que há
148 articulações com os Deputados também, conforme as Resoluções forem surgindo, assim como a articulação direta do Prefeito Sérgio
149 com o Estado. Comenta que quem conhece um pouco mais da realidade do transporte sanitário sabe da necessidade de ter uma frota
150 não só ativa, mas também de retaguarda, para não acontecer casos como já tiveram, que a meta é ter carros bons na ativa e alguns de
151 reserva também, vindo com isso a promessa para a Vigilância Sanitária e possivelmente um carro para o Conselho e carros para
152 hemodialise. O Presidente Zanatta informa ao Plenário demonstrando em tela a Pauta, que os pontos hachurados é que foram inclusos
153 e que não receberam diretamente na semana passada e faz um relato do evento que houve no Cine Teatro Mauá, no sábado, onde foi
154 feito uma reunião com todas as Apameus do Estado do Paraná, onde estiveram no Município, aglutinadas em torno do Governo do
155 Estado, com a presença do Governador Ratinho Junior e um elenco de Deputados, como Deputado Federal Beto Preto, Deputado
156 Estadual Lupion, Bazana, Tiago Amaral, Ortega, uma parte do secretariado como Secretaria de Assistência Social, Secretaria de
157 Habitação, da Casa Civil, Educação, onde teve um movimento grande por parte da Prefeitura do Município de Arapongas, que realizou
158 naquele dia três eventos, sendo um a inauguração de área do Aeroporto Municipal de Arapongas, que também possivelmente será
159 estendido a pista para virar um aeroporto para o transporte de cargas, a inauguração das 683 (seiscentas e oitenta e três) casas neste
160 Município e desse evento que querem registrar junto ao Conselho Municipal, por conta que envolve as APAES que envolve a
161 população que para estes é considerada especial e sobre o qual tem atuado, principalmente pelo chamamento para participação junto
162 ao Comitê Intersetorial de Saúde Mental. O Presidente Zanatta informa ao Plenário demonstrando em tela a Pauta, que os pontos
163 hachurados é que foram inclusos e que não receberam diretamente na semana passada e faz um relato do evento que houve no Cine
164 Teatro Mauá, no sábado, onde foi feito uma reunião com todas as APAE's do Estado do Paraná, onde estiveram no Município,
165 aglutinadas em torno do Governo do Estado, com a presença do Governador Ratinho Junior e um elenco de Deputados, como
166 Deputado Federal Beto Preto, Deputado Estadual Lupion, Bazana, Tiago Amaral, Ortega, uma parte do secretariado como Secretaria
167 de Assistência Social, Secretaria de Habitação, da Casa Civil, Educação, onde teve um movimento grande por parte da Prefeitura do
168 Município de Arapongas, que realizou naquele dia três eventos, sendo um a inauguração de área do Aeroporto Municipal de
169 Arapongas, que também possivelmente será estendido a pista para virar um aeroporto para o transporte de cargas, a inauguração das
170 683 (seiscentas e oitenta e três) casas neste Município e desse evento que querem registrar junto ao Conselho Municipal, por conta
171 que envolve as APAE's, que envolve a população que para estes é considerada especial e sobre o qual tem atuado, principalmente pelo
172 chamamento para participação junto ao Comitê Intersetorial de Saúde Mental. O Secretário Moacir comenta que o Fundo será tudo
173 relacionado a deficiência, que tem a Conselheira Roseli representando a Associação e sabe melhor até da realidade por passar isso
174 todos os dias, que a questão do Fundo dará também essa segurança para que possam avançar não exclusivamente pelo envolvimento
175 das APAE's em si, mas de toda essa retaguarda que as pessoas com deficiência precisam, que entrarão varias coisas nessa pauta
176 inclusive, sendo a acessibilidade e que em algum momento terão que pautar dentro do Conselho, quando esse recurso estiver
177 disponível por meio dos Fundos, sendo antes de mais nada uma segurança. O Secretário Moacir comenta que estavam discutindo há
178 pouco a questão da órtese e de quanto é demorado devido ao financiamento escasso do Governo Federal, acreditando então que
179 potencializará para dar agilidade nessas filas de órtese e prótese, que há no Estado como um todo e que Arapongas não é diferente,
180 frisando ainda que a APAE é uma referência não só na parte da educação especial, mas também de todo um atendimento na área da
181 saúde, que então precisam somar esforços para aproveitarem esse momento e que possam trazer mais recursos para o Município e
182 avançar nessa área, que não há dúvidas que Arapongas coloca-se dentro desse cenário como uma vitrine para o desenvolvimento
183 dessas ações. Comenta que uma das pautas foi visar o fornecimento de um óculos israelense que a pessoa coloca e que o óculos faz
184 a leitura, com complemento de fala pelo Presidente Zanatta que o óculos tem uma câmera acoplada, fazendo a leitura de figuras,
185 números, letras, transformando-os em som, identificando também as pessoas que estão próximas, ao que o Secretário Moacir destaca
186 que além disso entra a questão do autismo e TDAH. Expõe que será disponibilizado em segundo momento, mas que devido a
187 atualização da legislação no dia de hoje o Setor de Licitação pediu para que fosse enviado prazo de 90 dias qualquer processo de
188 credenciamento que for renovado, que para isso ao encaminhar o processo precisa ter a aprovação do Conselho, que não há
189 perspectiva nenhuma até o final do ano de alteração de valores dos respectivos plantões, ou exames, que então o ano que vem podem
190 sentar em janeiro e verem a questão de atualização de valores de pagamento dos respectivos plantões, porém todo processo terão
191 que passar pelo Conselho, que hoje há diversos processos vigentes que estão em fase de encerramento até o final do ano, mas que
192 gostaria de dar ciência para estes de alguns plantões, mas que não saberia dizer se conseguiriam aprovar ou não a continuidade
193 deles, afirmando não ser nenhum novo, mas que não quer correr o risco de não conseguirem dar continuidade nos credenciamentos
194 que existem, devido a essa questão. Relata que hoje há o credenciamento de laboratório de análises clínica, sendo o valor da tabela
195 SUS, que então há dezenas de exames que são feitos todos os meses, que tem o credenciamento dos plantões na Unidade de Pronto
196 Atendimento – UPA, que tem o atendimento de pediatria, o de clínica geral e ortopedia, que tem o credenciamento de especialidades
197 de ginecologia e psiquiatria, que atuam no CISAM, no CAPS e ambulatório de Saúde Mental, que tem o credenciamento também das
198 especialidades de reumatologia, neurologia, infectologia, hematologia, que atuam no Centro de Especialidades Jaime de Lima, pois o
199 valor é pago por consulta e não por hora, que há também o credenciamento em odontologia, que está quase encerrando, pois estão
200 substituindo por servidores. O Secretário coloca que na área médica, principalmente no PSF, já estão entre o trigésimo sétimo,
201 trigésimo oitavo, médico chamado, sendo apenas 02 que assumiram o concurso, afirmando ser uma dificuldade maior destes
202 assumirem o concurso público, citando ainda que no momento apenas dois dentistas são credenciados e que até agora não
203 convocaram mais, não sabendo se conseguirão convocar mais dentistas até o final do ano, devido a questão de índice, de folha, então
204 para que não prejudiquem o serviço, serão mantidos esses dois dentistas até convocarem os próximos. Informa ao Plenário que o
205 credenciamento do Cirurgião Dentista, que hoje é pago por hora o valor de R\$ 36,50 (trinta e seis reais e cinquenta centavos) e que o
206 credenciamento de laboratório é valor de tabela SUS, que então é respeitado, expõe que o credenciamento na UPA na Pediatria e na
207 Ortopedia é um pouco mais complexo, porque envolve o pagamento do Clínico Geral, que é de R\$105,00 (cento e cinco reais) e aos

208 finais de semana é pago o valor de R\$110,00 (cento e dez reais) e nas datas comemorativas de natal e ano novo esse valor é dobrado,
209 recebendo então R\$220,00 (duzentos e vinte reais) por hora trabalhada, salientando que no caso do clínico geral quando atende a área
210 de pediatria esse valor passa de R\$105,00 (cento e cinco reais) para R\$120,00 (cento e vinte reais) por hora, e quando estes atende
211 aos finais de semana recebem R\$130,00 (cento e trinta reais) por hora, sendo no natal e ano novo o valor de R\$260,00 (duzentos e
212 sessenta reais) por hora. Cita que o médico pediatra atualmente no Pronto Atendimento Infantil – PAI, recebe R\$135,00 (cento e trinta
213 e cinco reais) por hora, aos finais de semana R\$140,00 (cento e quarenta reais) e nas datas comemorativas de natal e ano novo
214 recebe dobrado, sendo o valor de R\$280,00 (duzentos e oitenta reais) por hora, ressaltando que o plantão de ortopedia é feito a
215 distância, pois existe um grupo de ortopedistas e qualquer fratura que acontecer, eles mandam para o ortopedista, o qual fazem esse
216 monitoramento, mas que há uma parte dessa carga horária que existe o plantão presencial de ortopedia, sendo então o valor de
217 R\$135,00 (cento e trinta e cinco reais) por hora, frisando ser os valores do Pronto Atendimento. Referente as especialidades de
218 ginecologia e psiquiatria que atende tanto no CISAM, como no CAPS, atualmente o valor pago é de R\$135,00 (cento e trinta e cinco
219 reais) e as outras áreas de reumatologia, neurologia, infectologia e hematologia, recebem por consulta, sendo o valor pago de R\$85,00
220 (oitenta e cinco reais) afirmando ainda que todos esses processos já existem e estão vigentes, mas que estão em fase de renovação,
221 pois alguns vencem em outubro, outros em novembro, e também alguns em dezembro, frisando que a intenção é darem início a esse
222 processo, uma vez que não haverá alteração nesses plantões e valores, para que não tenham demora na avaliação desses processos
223 já que o próprio Setor de Licitação pediu esses prazo de 90 dias, enfatizando que assim que o edital for publicado será dado ciência ao
224 Conselho, que então já gostaria de passar para estes a aprovação dessas solicitações pois será dado início a elas, mas se caso não
225 for possível poderá ser deixado para a próxima reunião. O Presidente Zanatta comenta que pedirá a aprovação do Plenário, pois irão
226 submeter em última reunião essa Pauta e foi feito a Resolução, não havendo então necessidade de fazer um Ad Referendum a menos
227 que trabalhem com a questão que o Regimento fala de extrema necessidade, que então o Município tem que agilizar e por terem
228 protelado a reunião foi feito o Ad Referendum a pedido do setor de competência, mas que estão trazendo a discussão ao Conselho,
229 fazendo lembrança que é o primeiro momento onde estão fazendo esse tipo de propósito, pois foi manifestado isso no Conselho, que
230 logicamente o Secretário Moacir deve ter conversado dentro da estrutura das Secretarias do Município, que então agora o Setor de
231 Licitação que cuida dessa parte, a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Transparência estão colocando que deva passar,
232 expondo então da aprovação pelo Conselho de Saúde do Credenciamento na Área de Odontologia para a contratação de profissionais
233 odontólogos para a assistência do Município, sendo serviço que já existe e como o Secretário de Saúde pronunciou, não está sendo
234 feito a prorrogação, mas encerrando e fazendo um novo credenciamento para a mesma área de atuação. O Secretário Moacir faz
235 lembrança que esse específico é uma fase de transição até contratarem esses outros dois, que então será um credenciamento para
236 manutenção dos dois únicos profissionais credenciados que tem nesse serviço, que por necessidade é a dentista que atualmente atua
237 na APAE, ao que o Presidente Zanatta questiona ao Plenário se podem considerar aprovado pelo Conselho, sendo aprovado por
238 unanimidade. Cita que o segundo credenciamento que há anos existe e falando por particularidade acredita que o Município deva
239 investir e que defende há bastante tempo é da construção de área própria para o atendimento a essa área, ou parte desta, pois há um
240 laboratório atuante, mas que é bastante tímido perto dos serviços e quantitativo-qualitativo dos exames que lá são ofertados, que o
241 Município pode fazer de tudo para trabalhar nesse sentido, que há diversos terceirizados, sendo 08 laboratórios credenciados,
242 colocando então para aprovação de um novo edital de credenciamento para a execução de serviços de análises clínicas ao Município
243 de Arapongas, através de laboratórios terceirizados, sendo aprovado por unanimidade. Cita o terceiro credenciamento para
244 especialidades médicas, de profissionais médicos para atuarem nas especialidades de ginecologia e psiquiatria nas áreas do CISAM,
245 CAPS AD e CAPS II, que é um novo credenciamento do serviço já existente; sobre esse assunto o Secretário Moacir comenta que
246 deixaram aberto nesse próximo edital, citando como exemplo a área de psiquiatria que hoje tem o ambulatório de psiquiatria, sendo o
247 Dr. Alecsandro que atende no Centro de Especialidades Jaime de Lima, mas que estão trabalhando com a possibilidade de terem
248 ambulatório nos horários diferenciados para poder priorizar a saúde do trabalhador, que então não descartam em momento futuro a
249 possibilidade de terem um atendimento psiquiátrico no 18 horas, seja do Zona Sul, Petrópolis, porque serão contemplados os
250 trabalhadores que estão no dia a dia e que muitas vezes não consegue faltar do serviço por uma consulta, que no caso a noite seja
251 das 19h00 às 23h00 ou das 18h00 às 22h00, pois estes tem uma demanda e cobrança muito grande da população para ter serviços
252 diferenciados fora do horário comercial, que então já estão dialogando com alguns profissionais para saber dessa possibilidade, que
253 então no próprio edital que não amarrem o estabelecimento em si. O Presidente Zanatta questiona ao Plenário se aprovam, tendo
254 como resposta pelo Conselheiro Alecsandro que aprovam, mas com uma ressalva, relatando que a representação dos Sindicato dos
255 Médicos aprova com ressalva, pois que as especialidades devem ser tratadas com equidade, que o mesmo tratamento dado a
256 hematologia e neurologia, seja dado as especialidades sensíveis, a exemplo da pediatria, psiquiatria e ginecologia, que estão
257 diferenciando a mortalidade materno infantil, a questão do suicídio, do surto, da dependência química, em relação as outras situações
258 e outras especialidades, que os profissionais que trabalham igual e tem responsabilidades iguais estão sendo tratados nas duas
259 resoluções de maneira desigual, que as consultas de psiquiatria e da ginecologia também pudessem ser remuneradas por consulta,
260 igual na neurologia e na reumatologia, que isso é uma pauta que defendem há muito tempo, ser credenciamento por consulta e
261 salienta que o Município contrate pessoa jurídica, pessoa física e disponibilize tele atendimento. O Presidente Zanatta comenta
262 concordar com o Conselheiro Alecsandro de reavaliarem isso em um futuro próximo e que realmente está observando que o valor está
263 por hora e outro está por consulta, que diferenciara um pouco o que o Conselheiro Alecsandro está falando, de ser sobre o pagamento
264 por hora trabalhada, a forma de plantão e não a forma de consulta, que se o valor é mais ou menos, mas pagarem por hora e não por
265 consulta, que são dois viés, sendo um que se é pago por consulta, paga por produção, que então o que estão levantando hoje na
266 questão funcional, acha ser impossível um profissional de psicologia atender uma consulta a cada 15 minutos, sendo que está
267 ganhando por consulta, que a prerrogativa da área de psicologia é que a consulta seja minimamente 40 minutos, sendo de 40 minutos
268 a 1 hora, que não é porque é serviço público que fará 15 minutos, que o paciente precisa de consulta não de 15 minutos, mas de 40
269 minutos, sendo 3 vezes por semana, ou 4 vezes, que esse é o viés, pois se paga por produtividade a pessoa trabalha e estes tem que
270 cuidar da qualidade, que se é pago por hora tem que ser falado quantos procedimentos naquela hora, sendo este o viés público do
271 SUS, pois sempre trabalhou, que se chama capacidade instalada, frisa que a OMS – Organização Mundial de Saúde preconiza desde
272 a década de 70 que a hora médica é 15 minutos por consulta, sendo 04 consultas por horas e 16 consultas em 04 horas, sendo o
273 padrão internacional que se usa até hoje para consulta médica, que então deixou de existir pelo formato e pela nomenclatura
274 introduzida pelo Saúde da Família, mas que minimamente teria que ser 376 consultas mês, que então isso seria a expectativa e
275 comenta se o profissional de Saúde da Família faz isso, se não discutiram no formato de produção e reportando-se para o Conselheiro
276 Alecsandro diz que acata a demanda do mesmo, mas de trazerem isso com um arcabouço melhor próprio e não na discussão de

277 Plenária e sim em uma discussão técnica do próprio Conselho com esse viés para levar à Secretaria e questiona novamente aos
278 Conselheiros da aprovação, não havendo posicionamento contrário, foi considerado aprovado. O Presidente Zanatta faz referência ao
279 credenciamento na área de reumatologia, neurologia, infectologia e hematologia, com o valor de consulta de R\$85,00 (oitenta e cinco
280 reais) submetendo a aprovação do credenciamento da contratação desses profissionais, o qual foi aprovado por unanimidade. O
281 Secretário Moacir esclarece ao Plenário que estão com risco eminente de ficarem sem neuropediatra, mesmo pagando R\$85,00
282 (oitenta e cinco reais) a consulta, por outro lado há um atendimento contínuo e que fizeram um levantamento e 30% de falta desses
283 pacientes, pois quando paga por hora é dado uma segurança de certa forma para o profissional, mas por outro lado, quando
284 comparam o valor da consulta paga, pelo valor da hora paga, entra no conceito de uma sub remuneração daqueles que se estivesse
285 pagando por consulta e que quando esse paciente não vai na consulta, citando como exemplo os credenciados do CISVIR – Consórcio
286 Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região, o profissional acaba não recebendo o valor, onde estes também tem muitas
287 reclamações, onde há uma agenda de 20 pacientes e 30% falta, sendo que a pessoa está ali, com seu tempo disponível para atender,
288 mas acaba não atendendo e não recebendo, sendo que o valor já não é atrativo, tendo a dificuldade de fixar esse profissional,
289 destacando que a pauta tem que ser colocada na discussão, com os profissionais inclusive para saber a realidade dentro de cada área,
290 o que seria mais justo e adequado estar trabalhando. Faz referência ao PSF – Programa Saúde da Família, que é obrigado a ter o
291 médico 40 horas por semana, não tem lógica e falarem de pagamento por consulta, pois precisará estar para cumprir a sua carga
292 horária, pois terá visitas domiciliares, consultas individuais, atividades coletivas que possam ser desempenhadas e quando paga por
293 hora terá um “leque” maior do que quando individualiza, afirmando que a questão de valor tem que ser colocada na pauta. O
294 Conselheiro Alecsandro pronuncia em nome da categoria e diz que hoje tem a questão da terceirização e dentro desta a pejetização,
295 referindo-se ao uso de CNPJ, frisando que é aberto o credenciamento para pessoa física, que foi uma recomendação do TCE –
296 Tribunal de Contas do Estado do Paraná, lida no Conselho há tempo atrás, que manifestou-se contra, que reitera contrariedade,
297 expondo que os Tribunais Superiores do País depois daquela reunião já tiveram decisões indicando que se for contratado pessoa física
298 a vínculo trabalhista, que entende como uma inadequação a recomendação de contratar como pessoa física, que se está contratando
299 terceirizado, contrata o PJ – Pessoa Jurídica, pensando ser a mesma situação da Santa Casa e da HONPAR, como a dos laboratórios,
300 citando que estes, fazendo referência aos profissionais médicos são contratados na saúde trabalhando com o orçamento que se
301 oferece da tabela SUS, mas que se fizerem um paralelo com o setor de transporte público do Município, o qual a empresa de
302 transporte público estabelece um valor de passagem e recebe um subsídio, para custear aquela diferença do valor de mercado,
303 salientando que estes hoje trabalham abaixo do valor de mercado, que então o que deve faltar é o bom senso, entre a tabela e o valor
304 de mercado. Comenta que já discutiram no Conselho na época da Presidência do Antonio Martins, a questão do Raio – X, pois não
305 tinham no Município e que a alternativa foi credenciar acima da tabela SUS, que na época foi feito e funcionou muito bem, mas que
306 hoje mudou o Sistema, o custo diminuiu nas clínicas de cardiologia, mas que a necessidade de melhorar essa questão do SUS e tem
307 que acontecer, frisando que se o psicólogo precisa de 40 minutos para uma consulta, mas questiona qual o valor da tabela para
308 consulta de 40 minutos, mencionando R\$12,00 (doze reais) com pontuação pelo Secretário Moacir que caso não se engane é de
309 R\$12,00 (doze reais), ao que o Conselheiro Alecsandro diz se esse é o valor que baliza, com nova colocação do Secretário Moacir, o
310 qual diz que é como o que o Presidente Zanatta falou, que muitas vezes perdem na qualidade do atendimento, que não é um valor
311 adequado. O Conselheiro Alecsandro diz que atendem mais naquele mesmo tempo para poder ter um fôlego, mas quem faz o asfalto
312 do Município, o faz pelo valor de mercado, que teve liberação por Ad Referendum de veículo de R\$700 mil (setecentos mil reais), mas
313 se chegar na concessionária e o veículo for R\$ 800 mil (oitocentos mil reais), precisará complementar com R\$100 mil (cem mil reais),
314 que não entregarão por R\$700 mil (setecentos mil reais), se então dizer que o SUS tem só R\$ 700 mil (setecentos mil reais), isso terá
315 que ser custeado, ressaltando que tem que se falar que esses profissionais e essas empresas que são credenciadas tem custos com
316 décimo terceiro, com escritório, muitas vezes também com instalação física, que o servidor público trabalha onze, recebe treze, saca
317 doze e tira licença de 90 dias, a cada cinco anos e questiona à Conselheira Márcia se esta consegue fornecer licença de 90 dias para
318 uma técnica de enfermagem, frisando que isso tem que estar na conta, pois o Estado não consegue cumprir o seu papel de oferecer
319 Saúde Pública, que joga para a iniciativa privada, para o terceiro setor e não custeia, salientando ainda que é muito bonito falar, mas o
320 profissional que está trabalhando terceirizado tem que receber adequado ao mercado, que essa adequação tem que ser feita, que
321 então o valor de R\$85,00 (oitenta e cinco reais) por consulta e se pegarem o finado neuropediatra da Cidade, a consulta dele estava
322 custando R\$1.200 (um mil e duzentos reais) e quando falecido na agenda deste a consulta estava esse valor, que estes tem serviços
323 de neuropediatria com excelência no Município oferecendo a consulta a R\$85,00 (oitenta e cinco reais), que tiveram um dia que a
324 reumatologista veio, que estava com mau tempo e que vieram 02 pacientes, mas que eram 20 que estavam agendados, para vir de
325 outra cidade por R\$ 170,00 (cento e setenta reais). O Conselheiro Alecsandro segue dizendo que se é mandado o paciente para a
326 HONPAR credenciado em ortopedia e se foi comprado dez consultas, mas se foram nove pacientes, tem que ser pago as dez, fazendo
327 então a comparação que é igual pão, se foi na padaria e comprou dez pães e se não comeram em casa, o problema é de quem não
328 quis comer, pois a padaria tem que receber os dez e que estes profissionais e empresas credenciados estão sendo tratados diferente.
329 Coloca que diferentes Secretarias dentro do Município tratam seus fornecedores de diferentes modos, sendo uma hora que são
330 funcionários e que precisam ter registro de biometria, mas no momento seguinte são empresários, não tendo direito em absolutamente
331 nada, afirmando que isso é urgente que seja revisto, citando ainda que perderam três médicos do CAPS em um mês, com cerca de
332 1.000 pacientes desassistidos e que os próximos profissionais que assumirão esses pacientes partirão tudo de primeira consulta
333 novamente, frisando que é demorado, salientando que perderam porque pagam R\$135,00 (cento e trinta e cinco reais), mas a cidade
334 de Londrina aonde esses profissionais moram está oferecendo R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), destacando que tem que ser
335 colocado na balança. O Secretário Moacir faz a observação que hoje o SUS – Sistema Único de Saúde paga R\$ 10,00 (dez reais) por
336 uma consulta de especialidade, que então todo esse aporte que muitas vezes não é o mais adequado, já sai diretamente do Município,
337 que quando é falado que saiu de 2016 de R\$61 milhões (sessenta e um milhões de reais) e chegou em 2022 com R\$ 107 milhões,
338 (cento e sete milhões de reais) e muitos desses recursos aportado no PSF, na área de especialidade e nessas que nem existiam no
339 Município, que algumas especialidades dessas falavam de colocar no TJDF – Tratamento Fora do Domicílio, espera vaga para
340 Curitiba, três, quatro horas, ressaltando que tiveram avanços e que precisam avançar ainda mais, mas que esse aporte excede e muito
341 os 15% obrigatório que tem que ser colocado pelo Município, mas que estão batendo 27% a 28%, citando que a discussão acaba
342 sendo mais complexa quando o subfinanciamento vem do próprio Governo Federal, mas se não fosse as Emendas Parlamentares o
343 “Município não estaria vivo”, os “hospitais não estariam vivos”, e o serviço em si “não estaria vivo”, se dependesse dos contratos em si,
344 daquele recurso específico, que então essa discussão mais complexa precisam colocar na balança e dosar até onde conseguem ir
345 nesse cenário. Comenta que quando fala de uma licitação para construção de uma UBS, receberá R\$1 milhão (um milhão de reais),

346 quando foi licitado sairá R\$ 1,2 (um milhão e duzentos mil reais), R\$ 1,3 (um milhão e trezentos mil reais), R\$ 1,4 (um milhão e
347 quatrocentos mil reais) e que esse recurso terá que vir de algum lugar, sendo que muitas vezes vem desse aporte que excede valor
348 que não estava previsto na arrecadação do próprio Município, assim como o CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infantil, que a
349 obra está praticamente parando dependendo daquele R\$1 milhão e 480 mil (um milhão e quatrocentos e oitenta mil reais) do Governo
350 Federal, que está desde agosto do ano passado e sem parecer nenhum, que a expectativa é que recebam essa parcela até o mês de
351 novembro para que possam concluir a obra, que então se deparam com uma situação dessa, uma demanda gigantesca e que fala que
352 na Saúde a saúde mental é a mais complexa e que infelizmente é essa a situação que estão. A Conselheira Márcia questiona sobre os
353 Kits, fazendo referência a Resolução N°015/2023, se é mobiliário, tendo como resposta pelo Secretário Moacir e Presidente Zanatta
354 que é equipamentos e mobiliários que estão dentro da Resolução, ao que a Conselheira Márcia coloca sobre o ônibus de R\$700 mil
355 (setecentos mil reais) e que se somar tudo ficará mais de R\$1 milhão (um milhão de reais), questionando o que isso reverterá
356 positivamente em consultas, exames, atendimento efetivo para a população, citando que o Governo só coloca dinheiro em coisa que
357 aparece, mencionando da ambulância, van, ônibus, indagando novamente quantas pessoas serão transportadas, que R\$ 700 mil
358 (setecentos mil reais) quantas consultas deveriam estar pagando bem remunerado, ao que o Presidente Zanatta menciona que o
359 transporte é uma ação meio, que é necessária, frisando como a Secretaria levará daqui para Londrina, para Maringá pacientes que não
360 estão sendo atendidos aqui, relatando que nessa semana precisaram de uma atenção para paciente para cirurgia ginecológica, sendo
361 pontuado pelo Conselheira Márcia de pagar bem o profissional que vai trabalhar na HONPAR ou na Santa Casa, para fazer a cirurgia
362 ginecológica, com colocação do Presidente Zanatta que estão transferindo daqui para Campina Grande. A Conselheira Márcia salienta
363 que acha que Arapongas tem tudo, que é só pagar bem que terá, não precisando mandar para Londrina, Maringá, para lugar nenhum,
364 destacando que aqui se oferece tudo e que se somar HONPAR com Santa Casa tem todos os serviços que precisa. O Conselheiro
365 Alecsandro coloca que já esteve em cidade pequena e que todos querem vir para cá, seja na Atenção Complementar, na Santa Casa,
366 HONPAR, mas que estão mandando procedimento cirúrgico com complicações inclusive, ao que o Presidente Zanatta comenta que
367 uma mulher com sangramento recebeu alta da Santa Casa porque não conseguem quem a opera, que é um cisto, não estando com
368 sangramento provavelmente por causa da endometriose, mas sim por cisto uterino. O Conselheiro Alecsandro menciona que o
369 convênio prevê a Atenção Materno, que quando falou no momento que foi elaborar o convênio, tinha que ser previsto situação
370 ginecológica também e contemplar o serviço, lembrando que isso passa por anestesista, laboratório e exame de imagem, é como se
371 estivesse exagerando, conjecturando, sendo pontuado pelo Presidente Zanatta que concorda da questão do pagamento insuficiente,
372 justificando a fala de Conselheiros podem ter um alcance pequeno, ressaltando que há uma incongruência na base do que a
373 Conselheira Márcia está falando, porque o Governo Federal põe um dinheiro ostensivo na mão política do Legislativo, ao invés de
374 contemplar dentro do próprio Ministério programas de governo, que estão facultando que a decisão seja política e não técnica, os
375 Deputados que depositam emendas, sendo nenhuma crítica, pois estão acabando de ser abençoados com várias, mas que é estrutural
376 o que estão falando e não pontual, que o Deputado não tem condição de trazer o recurso que é dado para Arapongas, para Sabáudia,
377 ou então leva para Apucarana e não traz para Arapongas, sendo um viés muito crítico. Cita que a segunda questão que também o SUS
378 faculta privilégio para algumas áreas de Atenção, colocando recurso a mais, como exemplo em alta complexidade, deixando a média
379 para trás, que não está discutindo que tem que desvalorizar a alta, mas sim valorizar a média. O Secretário Moacir faz observação
380 sobre a fala da Conselheira Márcia, e quando dito que a mesma tem a razão no raciocínio é que muitas vezes se tem recurso de
381 capital para poder ser colocado dentro dos 12% e que o Estado o ano passado estava no relatório que bateu os 12%, não sendo igual
382 o do Município que era 15%, mas bateram 27% a 28% de execução, que o recurso de custeio é o que toca o serviço, frisando que o
383 recurso de capital é necessário de uma forma pontual e que mesmo que não tenha o nome de emenda, mas hoje é interpretado pelo
384 próprio Estado como se fosse, que então cada Deputado tem cotas, que então precisam sair negociando com os Deputados o que eles
385 tem, que então vem reforma de Unidades, construção também e que vem a questão dos veículos, não existindo a possibilidade de
386 terem recurso de custeio, que se tivesse com o recurso, sendo 50% de custeio talvez hoje não teriam a necessidade de discutirem
387 alguns valores, ou reduzindo alguns serviços, ou de ter o tempo de uma fila de espera de 60 dias em laboratório de análises clínicas,
388 sendo esse a média, frisando que estão fazendo esforços para diminuir esse tempo, só que se não tiverem recurso a mais para cortar,
389 não conseguirão, salientando que a demanda no pós pandemia em todas as áreas como exames laboratoriais, de imagem, consultas,
390 saúde mental, aumentaram muito, mas que os recursos não acompanharam essa demanda infelizmente, que estão vivendo um
391 cenário muito crítico, pois devem ter ouvido falar da diminuição de arrecadação, FPM, ICMS, tudo isso impactando na Saúde. O
392 Conselheiro Alecsandro menciona que é uma coisa que estes do Conselho precisam discutir, pois estes tem custos, despesas, que
393 aprovam, como estão aprovando mais credenciamento, renovação, manutenção de credenciamento de emergência e que se
394 colocarem o tanto de custeio que está para urgência e emergência, citando como exemplo a manutenção dos 18 horas, chegará um
395 momento que terão que debruçar em cima dessa pauta, questionando de qual a necessidade de Arapongas oferecer 90 mil consultas
396 de urgência e emergência, sendo 05 Unidades de Emergência e 06 se considerarem o PAI – Pronto Atendimento Infantil, ao que o
397 Presidente Zanatta questiona se há necessidade dos 18 horas até a meia noite, ao que o Conselheiro Alecsandro coloca que há a
398 necessidade dos 18 horas, mas pergunta se tem a necessidade de terem os três 18 horas, indagando aonde está a falha no PSF, se é
399 preciso os 18 horas, porque as demandas que estão sendo atendidas são sensíveis a Atenção Básica, salientando que são mais de
400 50% dos que passam nos 18 horas e na UPA, que então deixam de atender na Atenção Básica, mantém o serviço para a população
401 ver, inefetivo, afirmando novamente que é inefetivo porque os pacientes que estão na urgência e emergência todos os dias, sendo o
402 mesmo rosto, frisando que a demanda não é resolvida, ao que o Conselheiro Durvalino pergunta se o paciente tem o 18 horas, o que
403 vai fazer no 24 horas, colocando o porque não vai perto de sua própria casa e sim no 24 horas, com pontuação pelo Conselheiro
404 Alecsandro que ele, fazendo referência ao paciente, vai perto da casa dele e no 24 horas também, que estão falando de 90 mil
405 consultas em 04 meses, que qualquer ponto da Cidade, como Aricanduva que é ponto mais longe, mas se colocar o paciente no carro
406 em 10 minutos estará na UPA, mas que tem um monte de 18 horas, que para este são elefantes brancos, que a Atenção
407 Especializada, a média complexidade que poderiam estar sendo financiadas com esses recursos, as cirurgias ginecológicas que vão
408 para Faxinal, poderiam estar sendo financiadas com esse recurso, pois este recurso não deixará de ser gasto, será investido, mas será
409 investido em uma fila, que essa decisão o Conselho tem que oferecer técnica para quem for o Prefeito da vez, frisando de rediscutirem
410 o modelo desses 18 horas. O Presidente Zanatta comenta que essa tratativa passa pelo mesmo sedimento técnico da Secretaria,
411 sugerindo de montarem um grupo técnico para discutirem isso, se for o caso das portas entradas de urgência e a correlação delas com
412 a Atenção Básica e eventualmente como é previsto que o Conselho alcance subsídio e apoio técnico para isso, que para tal a mesma
413 porta de entrada que o Secretário Moacir utilizou para viabilização do estudo sobre a terceirização da HUMANIZA, através da
414 Universidade ou através de outros profissionais, traga também alguma coisa técnica, palpável de estudo para fomentar aos

415 Conselheiros e poderem trazer e posteriormente levar a administração do Município. Ato contínuo o Presidente Zanatta comenta que o
416 4º Ponto de Pauta, é uma discussão mais ampliada, acreditando que não tem mais como tê-la hoje, frisando achar que é muito
417 importante o tema que a Conselheira Márcia levantou, fazendo lembrança que o grupo de Whatsapp não é um instrumento formal da
418 administração do Conselho, mas um veículo de comunicação, que dentro destes não tem como fazer postulados, podendo ser pessoal,
419 mas que até falam que não deva ser para isso, que então conversaram com a Conselheira Márcia, se a mesma tinha interesse de
420 trazer isso para dentro do Conselho, se não ela, este mesmo gostaria de trazer, sendo que a mesma coisa fez com o Conselheiro
421 Alecsandro, fazendo nova referência ao **4º Ponto – Discussões das temáticas conjuntas diante das temáticas aprovadas na**
422 **Conferência Nacional de Saúde e decisões do judiciário. - Liberação do aborto; - Liberação do porte de entorpecentes**
423 **(canábis); - Fechamento de Instituições Hospitalares Psiquiátricas e Manicômios Judiciários,** e menciona que tem esses três
424 pontos de pauta e que gostaria que não deixassem de pensar sobre e discutirem. Cita o **Item 05 – Relato da Conselheira Tânia,**
425 **sobre a participação no Comitê de Mortalidade Materna Infantil;** a Conselheira Tânia comenta que a reunião é objetiva, onde foram
426 dois estudos de caso, com pacientes do final de março e início de abril, onde teve levantamento de prontuário, fichas de consulta,
427 destacando que foi interessante e que nunca tinha participado do Comitê, porém levantaram pontos e que acha necessário ter sempre
428 um Conselheiro como participante, devido a vários motivos, onde foram encontradas várias fragilidades, que infelizmente os dois óbitos
429 que foram discutidos na reunião não eram viáveis, sendo entre 20 e 21 semanas, sendo que não foi observado nenhum erro grave,
430 nenhum erro técnico ou de acompanhamento, porém alguns erros que foram verificados, sendo um estudo de caso linha a linha,
431 nenhum dos casos está tendo o acompanhamento da UBS, com os pacientes que estão inseridos, mas que a responsável estava na
432 reunião que então foi levantando a sugestão de que quando for levantar os casos para discussão no Comitê, que seja chamado a
433 enfermeira responsável da área, explicando que tanto nos dois casos houve falta no pré natal, e que quando é questionado as faltas no
434 pré natal, comentando que foi passado que estão descentralizando e as UBS está se preparando para atender as gestantes, porém
435 segundo o pessoal da Rede existe um deficit profissional, que não estão conseguindo, onde as agentes comunitárias não estão
436 sabendo se há mais duas gestantes na área, de qual semana de gestação está e todo esse acompanhamento como um todo, que está
437 sendo passado as faltas para o Conselho Tutelar ir atrás, frisando que não tem como o Conselho Tutelar ir atrás de falta, porque é risco
438 do recém nascido, mencionando que tem que ser a região de saber quantas gestantes, que então foi discutido isso, ao que o
439 Presidente Zanatta comenta que o Conselho Tutelar seria o secundário. O Secretário Moacir comenta que o Conselho Tutelar é
440 acionado quando a paciente tem uma consulta marcada e se faltou em uma, duas, o Agente Comunitário acionará mesmo o Conselho
441 Tutelar, ao que a Conselheira Tânia destaca que foi relatado que quando o Conselho Tutelar é acionado, também não é cobrado
442 retorno, que o caminho não seria esse, expondo que a reunião foi no dia 25 de agosto, sendo a próxima no dia 28 de setembro no
443 CISAM – Centro Integrado de Saúde da Mulher. O Secretário Moacir expõe que devido essa descentralização tem obstetras atendendo
444 no San Rafael, no CISAM e no CISVIR, alta complexidade, que então risco habitual, risco intermediário e alto risco, tem a oferta de
445 médico especialista na área e muitas vezes tem que qualificar como está sendo feito esse acesso, que é muito importante ter essa
446 relação entre CISAM, a equipe do CISVIR, Santa Casa e Materno Infantil, que percebem que ao longo dos meses tem melhorado essa
447 relação, citando que já teve caso de quase óbito materno investigado e outras situações, que quando falam de caso de óbito infantil,
448 vai para conta do Município e algumas situações particulares também, que de um jeito ou de outro vai para conta destes, que acha que
449 ao fazer um recorte da mortalidade infantil do Município, verificará quantos eram por acompanhamento particular e quantos eram
450 públicos, para fazerem o recorte desse acesso, destacando que é bom ter alguém, fazendo referência a participação da Conselheira
451 Tânia no Comitê de Mortalidade Materno Infantil, e trazer essa visão de quem está acompanhando. A Conselheira xxxxx questiona em
452 quanto que está a taxa de mortalidade infantil, tendo como resposta pelo Secretário Moacir que está 12 atualmente, já superando a
453 taxa de menos de 05, que foi o melhor índice o ano passado, onde tiveram 07 óbitos infantis o ano todo, relatando que achavam que
454 iria ter uma perspectiva de manutenção, que há uma possibilidade de ficar abaixo de 02 dígitos, só que dependerá de como ficará o
455 cenário nesse último trimestre. Presidente Zanatta agradece a Conselheira Tânia pela participação no Comitê e diz que sempre que a
456 mesma participar das reuniões e que a mesma entender necessário, pode na reunião subsequente trazer as informações, porque
457 serão focadas ao óbito, que é o pleiteado pelo Conselho de saber a informação sobre o óbito, sobre a ótica desta como profissional e
458 Membro do Conselho e não sobre a ótica da função do Comitê, porque esta não querem assumir. O Conselheiro Durvalino comenta
459 que dentro de tudo que estão falando, este da Pastoral da Criança assiste 20 crianças, sendo que cada líder tem as crianças, como um
460 trabalho voluntário, que falam dos mil dias, sendo o período da gestação, primeiro ano e segundo ano, que é essencial para vida toda
461 da criança, menciona que os nove meses de gestação vem a vacina e fazerem todos os exames certo, ao que o Presidente Zanatta
462 expõe que não conseguem alcançar todas as gestantes, sendo pontuado pelo Conselheiro Durvalino que não conseguem e que tem
463 algumas regiões de Arapongas que parou com a Pastoral da Criança, que é falta de informações algumas vezes. O Presidente Zanatta
464 menciona que a outra questão é que como um trabalho voluntariado, assim como no Conselho de Saúde, os Usuários e que lá são
465 pessoas da comunidade, mesmo que fossem trabalhadores como este, os Conselheiros (as) Tânia, Alecsandro, Márcia, tem a vida
466 pessoal, trabalham e não tem tempo, “perna” para correr atrás, que então seria necessário a própria Pastoral ter uma articulação
467 melhor para ter mais gente participando e para poder distribuir tarefas e correr atrás de toda a população. O Conselheiro Durvalino
468 relata que nesses mil dias envolve também mães em drogadição que engravidam, que a responsabilidade do líder é falar com a mãe
469 para não fumar durante a gravidez e beber. O Conselheiro Alecsandro ressalta que o Conselheiro Durvalino fez uma fala
470 importantíssima, pois se a mãe é tabagista, dependente química, essa tem que chegar no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial,
471 tem que ser encaminhada, ao que o Presidente Zanatta pergunta quem tem que rastrear para chegar no CAPS, tendo como resposta
472 pelo Conselheiro Alecsandro que é o Agente da área, o enfermeiro, com pontuação pelo Conselheiro Durvalino que o líder também tem
473 esse papel fundamental, de falar para a mãe que ela tem o recurso. O Conselheiro Alecsandro relata que tem duas gestantes no CAPS
474 identificadas com alto risco e que conseguiram direcionar para o CISVIR e para parto em Apucarana, que entra na conta destes. O
475 Presidente Zanatta faz lembrança aos Conselheiros que foi adotado uma metodologia na Secretaria Executiva do Conselho e que tudo
476 o que for ação na Ata, todas estas tem a secundária, de ações a serem realizadas, enfatizando que é importantíssimo a constituição
477 das Comissões e eventualmente no futuro solicitar para o Secretário Moacir mais uma pessoa dentro da Sede do Conselho, para
478 cuidar das dinâmicas e do que é o Conselho e do que estão fazendo, pois afinal de contas o Município que é grande e o Conselho tem
479 gerado as demandas próprias sobre as quais precisam da dinâmica de mais que um profissional. Informa que em relação ao que a
480 Conselheira Márcia colocou há pouco, estes tem uma Resolução que foi aprovada, sendo apenas para cita, fazendo então referência
481 ao **Item 06 - Informações sobre os itens adquiridos com a Resolução SESA 631/2020;** sobre esse assunto comenta que estão
482 sendo adquiridos 20 computadores, 20 geladeiras para armazenamento de vacina e devido as questões que envolvem urgência foram
483 adquiridos 02 eletrocardiogramas, 02 cardiocógrafos, 04 oxímetros de mesa, 02 geladeiras de vacina para área de urgência, 01 mesa

484 de reuniões, 09 armários de duas portas, 02 aparelhos de ar condicionado, 15 cadeiras fixas e 16 cadeiras giratórias. O Presidente
485 Zanatta faz relato que foi feita uma capacitação em Saúde Mental, mobilizada pelo Município de Arapongas, através da Procuradoria
486 Jurídica e da Associação Paranaense de Psiquiatria, no qual estiveram presente o Dr. Julio Dutra que é Presidente da Associação
487 citada e também o ex Procurador Rafael Citta, sendo que ambos fizeram duas palestras, sendo uma sobre a questão do suicídio, pois o
488 tema era Saúde Mental com foco no suicídio, com apresentação do quadro geral sobre o suicídio no Brasil e algumas discussões sobre
489 a ordem técnica, sendo feito pelo Dr. Rafael Citta fez uma explanação sobre os aspectos jurídicos dessa área, frisando que foi uma
490 ótima palestra, o qual houve a participação de cerca de 300 pessoas no Vianinha. Ato contínuo, o Presidente Zanatta cita o **3º Ponto –**
491 **Reestruturação das Comissões;** sobre esse assunto menciona que foi feito ao longo desses dias, desde há quatro meses atrás que
492 estão tentando mobilizar as comissões uma revisão daquilo que já existia, o qual está trazendo uma proposta de constituição para ser
493 colocada à Plenária, para avaliarem e verem se atende a expectativa que a Mesa está criando em relação a essas comissões, fazendo
494 lembrança que aquilo que está preposto é a constituição da Comissão, não havendo impedimento para que nenhum Membro do
495 Conselho espontaneamente participe das reuniões e das atividades das Comissões, independente de estar na conformação, mas que
496 precisa disso para que seja criado o Decreto e possa entregar trabalho para essas Comissões. Informa que foi tomado a seguinte
497 decisão, que a Mesa Diretiva não participará da Comissão de Finanças e de Fiscalização, mas que participará na Comissão de
498 Revisão de Regimento Interno e Comissão de Ética, citando então a composição como representante de Gestor, Moacir Paludetto
499 Junior, de Prestador Márcia Krempel, de Trabalhador Eucir Antônio Zanatta, Usuários Alzira Maria, Marcos Antonio e Durvalino de
500 Almeida Filho, afirma ainda que será feita Comissão Temporária para discutirem temas específicos, como foi colocado sobre
501 trabalhador e a isonomia, sobre os recursos e outros. Cita da Comissão Temporária para a Revisão do Regimento Interno, Gestor
502 Moacir Paludetto Junior, Prestador Heloísa Toledo Volpato, Trabalhador Eucir Antônio Zanatta, Usuários, Alzira Maria, Marcos Antonio e
503 Francisco Robério. Expõe que se algum outro Usuário tiver interesse poderá se manifestar, esclarecendo que tudo isso já foi discutido
504 e não é que estão escolhendo todos esses nomes, mas é que as vezes faltou, colocando como exemplo o Conselheiro Marcos, que foi
505 repetido em duas Comissões, mas é que não havia outro com interesse. Faz referência a Comissão de Finanças, Gestor Elizabeth
506 Fernandes Penha, Prestador, Heloísa Toledo Volpato ou Tânia Cristina Miquelin, Trabalhador, Renata ou Sérgio Azevedo, ou outro,
507 Usuários Maria Lúcia e Salvador Carvalho, frisando que a Conselheira Ilyálòrísá Joilda pediu para sair, tendo então essa vacância para
508 colocar um Usuário. Expõe que na Comissão de Fiscalização foi colocado como Gestor, Geisiane Sorce, Prestador Márcia Cristina
509 Krempel, Trabalhador Renata, se o Sérgio Azevedo aceitar outra, se não trocam, como Usuários a Roseli Martauro e Antonio Magro,
510 recordando ainda que sabem que este tem dificuldades para participar de reuniões. Dessa forma o Presidente Zanatta explana que
511 gostaria de saber dos que estão presente, se alguém tem interesse de participar em reunião em substituição a Usuários Conselheira
512 Ilyálòrísá Joilda, da Comissão de Finanças e também em substituição eventualmente ao Conselheiro Antonio Magro da Comissão de
513 Fiscalização, afirmando que se não tiver o nome hoje, mesmo assim pretende constituir a Comissão, pois não é pela falta de um
514 Membro a ser nominado agora, que continuarão com a Comissão sem atividade, fazendo lembrança que a Comissão por estes
515 instituídas no Regimento destes é para alcançar a paridade entre os Segmentos e questiona ao Plenário se pode demandar dessa
516 forma essas Comissões, se há alguma ressalva por parte dos Membros, e não havendo posicionamento contrário esclarece que
517 qualquer Membro tem direito a participação nas Comissões como agregado ativo, dando por aprovada a constituição das Comissões
518 de Ética - COMETI, de Finanças - COMFIN, de Fiscalização – COMTEFIS e Comissão Temporária para a Revisão do Regimento
519 Interno. Informa que por fim tem a demanda da Pauta, citando novamente o 4º Ponto – Discussões das temáticas conjuntas diante das
520 temáticas aprovadas na Conferência Nacional de Saúde e decisões do judiciário. - Liberação do aborto; - Liberação do porte de
521 entorpecentes (canábis); - Fechamento de Instituições Hospitalares Psiquiátricas e Manicômios Judiciários; e questiona se alguém
522 quer ter uma fala curta sobre alguma dessas questões, deixando isso para ser projetado em discussão futura, talvez até em uma
523 Extraordinária, justificando que a questão dos manicômios judiciários é premente, sendo para o dia 22 do mês seguinte. A Conselheira
524 Márcia expõe ficar indignada quanto as proposituras da Conferência Nacional, pois tiveram Conselheiros destes nessa Conferência,
525 que se disseram super ativos e engajados nas discussões e deixou passar esse tipo de propositura, tanto das drogas, quanto do
526 aborto, sabendo que Arapongas é uma Cidade extremamente conservadora, ao que o Presidente Zanatta comenta que o Brasil o é,
527 sendo pontuado pela Conselheira Márcia que o Brasil, mas que estavam representando Arapongas, o Conselho destes e deixaram
528 passar, não discutiram, se manifestar, e indaga como deixam passar uma coisa em branco, frisando que ou não ouviram, não
529 participaram, ou não participaram, questionando novamente o que aconteceu, sendo citado pelo Presidente Zanatta que ou
530 individualmente concordam, com resposta pela Conselheira Márcia que eles estão representando o Conselho e não eles mesmo, que
531 então gostaria de ouvir dos Conselheiros que foram para Brasília, o que aconteceu. O Conselheiro Sérgio Azevedo diz que uma vez já
532 falado e que já se manifestou, que toda vida que há uma Conferência seja Estadual ou Nacional, os Conselheiros de Arapongas brigam
533 para terem vaga, que em seu entendimento é apenas para um passeio, justificando que dentro da Conferência Estadual foi falado
534 alguma coisa nesse sentido e que praticamente foi calado a maioria, sendo que na Conferência Nacional a mesma coisa, com um
535 assunto tão delicado, afirmando ser totalmente ao contrário dessas pautas e que vai Conselheiros ou por desconhecimento, ou não
536 participou, ou não prestou atenção, de não ter se levantado até como ato de repúdio, destacando também que seria interessante as
537 pessoas que lá estiveram trazer para estes sobre esse assunto, fazendo referência ao Conselheiro Salvador que esteve na
538 Conferência. O Conselheiro Salvador diz que dentro da sala onde estava discutindo as propostas, não passou essas propostas,
539 comentando que lá foram 05. O Presidente Zanatta menciona que está certo, que ele não estava no grupo que tem esse tema de
540 discussão, mas no final tem para aprovar as propostas, fazendo lembrança que no final estão todos bastante cansados, ao que o
541 Conselheiro Salvador expõe que não ficaram até o final da leitura das propostas, pois o voo era 12h30 que já tinham que estar no hotel
542 para virem embora e a Conferência acabou 16h00, frisando que participou de uma sala, onde fez questão de trazer um caderno que foi
543 discutido todas as propostas. O Conselheiro Sérgio Azevedo esclarece que fala isso, pois participou de várias Conferências, inclusive
544 Nacional, onde teve em uma das vezes uma pauta que hoje se discute pagar cirurgias para esse tipo de pessoa, pois se querem fazer
545 façam, mas não o SUS ter que pagar, que na época já levou invertida, que fala que se está participando de Conferência, participem
546 para valer e não apenas por “eu” quero estar. O Presidente Zanatta comenta que o Conselheiro que sai daqui, ganha espaço para a sua
547 Entidade e não para o Conselho, mas muito embora vai representando a sua Entidade, se não tiver do Conselho um ato manifesto
548 sobre qualquer tema que ele vai discutir, é livre arbítrio tomar decisões daquilo que está sendo proposto para ele, naquele momento, se
549 não tiverem resguardado de uma fala disso, dentro do Conselho, que se foi feito ele poderá representar a sua opinião, mas tem que
550 externar o que no Conselho foi colocado e que em última reunião foi essa fala que tiveram com um dos Membros do Conselho, que
551 não adianta falar com viés nem ideológico e nem demagógico, que representam o Controle Social, pois não representam este isolado,
552 mas sim como um todo, que se não votará porque abstém e não que votar, está tudo certo, mas que o Conselho aprovou. Informa

553 sobre a questão do aborto, mencionando que já existe uma legislação que preconiza os casos onde se pode fazer aborto e quais são
554 as situações, que acredita que o Conselheiro Alecsandro pode falar com mais propriedade, pois o que está se fazendo é dando uma
555 amplitude, que até agora não sabe para quais casos, mas até a 12ª semana, destacando que é o terceiro mês de gestação, sendo 1/3
556 da vida, citando como exemplo que se pisar na garganta de um gato ou atropelar um cachorro que entrou na frente de seu carro e for
557 embora, não parar para socorrer, ir para cadeia, e que estão pegando e liberando matar humano, salientando que então seja rasgado
558 a Carta Constituinte e o SUS, porque o SUS começa com a defesa da vida e o resto todo como arcabouço, que então se não tirar a
559 posição individual de cada Conselheiro, mas uma carta de intenção, uma manifestação do Conselho sobre esse tema, como feito na
560 Saúde Mental. O Presidente Zanatta segue fazendo referência a Liberação da Maconha, sendo pontuado pelo Conselheiro Alecsandro
561 que são temas que estão intimamente ligados, pois se é liberado o consumo de drogas, automaticamente cria-se um ambiente de
562 promiscuidade nesse meio, com gravidez indesejada, que leva a aborto, que a grande colocação é aprovar uma legislação que obriga
563 estes médicos plantonistas no hospital a realizarem a vontade de um aborto voluntário, que estes tem a escusa de consciência, ao que
564 o Presidente Zanatta comenta que é o judiciário tomando as rédeas da legislação e da decisão e não o legislativo, comentando que
565 ontem isso foi discutido na Câmara Municipal, sendo que um dos Vereadores falou com bastante propriedade, sendo o Major Arduim,
566 relatando que teve uma fala também sobre o resgate que está na mão do judiciário, que tem que acontecer para com o Legislativo,
567 frisando que não estes que tem que legislar sobre isso, antes do setor médico, antes da ciência e que pessoalmente não está falando
568 de religião, que está falando com viés da ciência e da humanidade. O Secretário Moacir reforça a fala do Conselheiro Salvador, que ao
569 possibilitar que um Conselheiro vai para Conferência Nacional de Saúde e acabar inviabilizando qualquer tipo de discussão em um
570 Plenária Final, porque vão lá para discutir e em qualquer Conferência esperam ter voz e voto, mas ao fazer isso que o Conselheiro
571 Salvador falou foi inviabilizado, não sabendo quantas centenas de Delegados foram inviabilizados de participar desse tipo de
572 discussão, que em uma Plenária dependem disso que o Conselheiro Salvador falou, pois se tinha horário para pegar um voo e voltar,
573 independente da posição favorável ou não, impossibilitou com que o mesmo tivesse uma representatividade destes, que essa crítica
574 ter que ser colocada em âmbito Estadual. O Conselheiro Alecsandro diz que essas pautas especificamente só passam no “tapetão”,
575 frisando que só passam no apagar das luzes em todos os lugares onde essas pautas são discutidas, citando que se for discutida no
576 COREN irá no final da reunião, quando o Plenário já está esvaziado e se for no CRM será a mesma coisa, só ficando obviamente os
577 defensores dessas falas. O Presidente Zanatta diz que outra coisa especial aconteceu nessa Conferência, citando que participam e
578 são norteados a amparo legal a criar ambiência de Conferência Municipal, pois o SUS é ascendente e que passaram por um gargalo
579 de qualitativo de representações, das vagas para Prestador, para Usuários e disputaram essas vagas no nível Municipal, Regional e no
580 Estadual, mas descobriram que aparece uma Conferência Livre, de diversas naturezas, quer por Segmentos, por áreas de atenção ou
581 ainda patologias entre tantas e fazendo referência a Conferência Nacional, ressaltando que está errado, questionando quantas
582 pessoas e vaga estiveram na Conferência Nacional, através de Conferência Livre, tendo como resposta pelo Conselheiro Alecsandro
583 que foi metade. A Conselheira Márcia indaga aonde que aborto entrou nas Conferências Municipais e Estaduais, pontuando como
584 aparece com tema extra aprovado por unanimidade e que pensa que o Conselho tem que se posicionar, fazer um documento e
585 encaminhar para o Conselho Nacional, ao que o Presidente Zanatta afirma que esse documento gostaria de ter um pouco de amparo
586 jurídico e técnico científico da área médica, o qual solicita o apoio da HONPAR, da Santa Casa, da Secretaria de Saúde e o jurídico,
587 para que possam construir um documento sobre essa pauta, aonde o Conselho se manifeste com aquilo que for possível postulando-
588 se contrário aos temas dos quais estão, aborto, liberação do porte de entorpecentes, sendo no caso a canábis, frisando que não estão
589 falando do plantio e do uso medicinal da canábis, mas do porte da canábis recreativo e contra a questão do fechamento de manicômio
590 judiciário. O Presidente Zanatta relata que fez a leitura hoje de várias matérias sobre esse tema, sendo uma especial o professor da
591 Universidade Federal de Minas Gerais, onde na mesma entrevista tinha um contraponto de um psicólogo, mas que o professor falava o
592 seguinte, “temos cerca de 4.800 pessoas em manicômio judiciário no Brasil, só que destas tem 1.400 que não tem indicação de
593 liberdade”, enfatizando que é porque não tem recuperação psiquiátrica ou social, os quais são psicopatas, maníacos, pedófilos,
594 assassinos, salientando que quer saber se querem que essa pessoa vai para CAPS, que seja atendida pelo PSF, que talvez os 3.400
595 que deva ser liberado, mas os 1.400 que não podem tem que ficar no manicômio judiciário, destacando que é para isso que o
596 manicômio tem que existir. O Conselheiro Alecsandro comenta que a Resolução diz que todos até o dia 15 de maio do ano que vem,
597 terá alta. O Presidente Zanatta questiona ao Plenário se há alguém em contrário a essas três causas, somado aquelas que já
598 manifestaram contra que é o fechamento de hospitais psiquiátricos, fazendo lembrança que sobre o manicômio judiciário, falam que os
599 hospitais gerais que estes são o suporte. O Conselheiro Antonio Martins faz a entrega das duas últimas Atas da Comissão de
600 Avaliações dos Hospitais, HONPAR e Santa Casa, deixando registrado que cobrou por três vezes a Ata e o HOSPSUS da HONPAR e
601 que não enviaram, ao que o Presidente Zanatta questiona se o mesmo quer que o Conselho faça a solicitação, tendo como resposta
602 afirmativa do Conselheiro Antonio Martins. O Secretário Moacir relata que na última sessão da Câmara também houve essa discussão
603 e que o posicionamento também foi nesse sentido em relação ao aborto, tendo a pontuação do Presidente Zanatta da possibilidade de
604 convidarem para a próxima reunião o Legislativo Municipal, para comparecerem quantos quiserem para ampliação dessa discussão,
605 relatando que na próxima reunião irá trazer alguma coisa sobre os manicômios judiciários, pois eles discutiram a pauta do aborto e que
606 estes tem que levar a eles também a discussão sobre os manicômios judiciários. O Conselheiro Alecsandro sugere que para ganharem
607 severidade quando for apresentar a reunião, quem tiver presidindo, secretariando, a parte dos informes que seja feita apenas a leitura,
608 sem nenhuma conjectura e que o material seja encaminhado para estes junto com a Pauta, frisando o tempo extenso da leitura das
609 Resoluções, que poderiam ter recebido antes, feito a leitura e quando citado apenas aprovado, aproveitando o tempo para o tema do
610 aborto que é de interesse de todos, ressalta. O Presidente Zanatta afirma que será acatado a sugestão, e não havendo nada mais a
611 tratar, agradece novamente todo os que participaram desta Plenária, dando encerramento a mesma, a qual por degravação, eu, Giziele
612 Regina Ruiz Mendes - Secretária Executiva, junto ao Presidente e Conselheiro Eucir Antônio Zanatta, em 16 de Outubro de 2023
613 lavramos a presente Ata.

NOME	SEGMENTO	ASSINATURA
Moacir Paludetto Junior – Titular – SEMUS Vice-Presidente	Gestor	
Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS	Gestores	
Márcia Cristina Krempel – Titular – HONPAR	Prestador	

Heloísa Toledo Volpato – Titular – Irmandade Santa Casa de Arapongas	Prestador	
Tânia C. Miquelin Carniceli – Suplente – Irmandade Santa Casa de Arapongas	Prestador	
Eucir Antônio Zanatta – Titular – SindSaúde	Trabalhador	
Sérgio Donizete de Azevedo – Titular – SISPAMAS	Trabalhador	
Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular – SindMed Londrina	Trabalhador	
Antonio Martins dos Santos – Titular – ONG Olho D' Água	Usuários	
Salvador Carvalho dos Santos – Suplente – ONG Olho D' Água	Usuários	
Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA	Usuários	
Gerson Pizzo – Suplente – APDA	Usuários	
Marcos Antonio de Oliveira – Titular – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapongas	Usuários	
Antonio Jorge Magro – Titular – Associação de Moradores Ulisses Guimarães	Usuários	
Durvalino de Almeida Filho – Titular – Patoral da Criança		
Maria de Fátima Greggo – Titular – UAMMA	Usuários	
Patricia Cristina – Representante da Pastoral da Criança	Observadora	
Lucas	Observador	

614

615